

É no aspecto do aproveitamento político-ideológico do crime e da insegurança colectiva que residem os maiores riscos, sobretudo quando a questão étnica aparece associada. O aproveitamento político-ideológico da insegurança colectiva tem sido historicamente um terreno fértil para as forças conservadoras promoverem a reabilitação e o fortalecimento dos discursos em torno da defesa da lei e da ordem. À luz destes discursos as relações entre criminalidade e etnicidade serão privilegiadamente entendidas como problemas de lei e de ordem. Há assim o risco de, através da influência desses discursos, se proceder a uma redução de programas sociais que promovam e facilitem a integração social das minorias étnicas.

Para além das consequências políticas, o aproveitamento ideológico das relações entre a criminalidade e a etnicidade poderá ainda reproduzir simbolicamente a discriminação racial e alimentar de formas, talvez menos subtil as manifestações de racismo. Apresentar socialmente grupos étnicos como grupos-problema é ajudar a manter ou mesmo a aumentar a distância social entre as diferentes etnias que compõem a sociedade e contribuir ideologicamente para uma certa legitimação social dessas diferenças. Julgo ser importante chamar a atenção para a projecção que é dada ao fenómeno da criminalidade étnica. A forma como a comunicação social “projecta” as notícias poderá “amplificar” preconceitos, estereótipos e imagens negativas sobre determinadas categorias étnicas. Privilegiar, por exemplo, a componente étnica em detrimento da criminal no relato de um crime, contribui obviamente para reproduzir fenómenos de estigmatização social. Estas leituras “ideológicas” não deixarão, mais tarde ou mais cedo, de se cruzar com movimentos e discursos políticos.

## 2. Ideologias e novas cidadanias

*Intervenção de  
Augusto Santos Silva\**

Na intervenção inicial, vou situar-me num registo relativamente livre, que combinará o ponto de vista da análise sociológica com algum discurso normativo. Interpretei o tema proposto em dois planos. Falar em novas cidadanias é supor que há velhas cidadanias e, agora, outras cidadanias, quer dizer, há, no mundo contemporâneo, novas conjunções de direitos e deveres. Por outro lado, pode ser também falar em novos espaços de

---

\* Faculdade de Economia do Porto.

realização da cidadania. Para discutir o segundo plano, talvez seja interessante discutir antes o primeiro.

A primeira cidadania a formar-se, na Europa, foi de tipo liberal, ou democrático-liberal, já que há uma vinculação recíproca entre cidadania e democracia: entre o conjunto de direitos e deveres dos cidadãos, dos sujeitos entendidos como cidadãos, e o princípio específico da participação activa desses cidadãos no processo de tomada de decisões que interessem à colectividade. Ora, parece-me importante não dividir estes dois elementos, não pensar apenas em termos do cidadão como titular de direitos fundamentais, imprescritíveis, etc., mas antes no cidadão como titular de um conjunto de direitos e deveres, entre os quais está o direito-dever da participação. O que coloca a questão de saber segundo que canais e modalidades se pode exercer essa participação.

Mesmo na cidadania liberal, as liberdades pessoais e os direitos civis articulam-se a direitos políticos, que são direitos-deveres de participação. Participação activa dos cidadãos e igualdade entre os cidadãos, face às regras da participação, como, em geral, perante a Lei. A Europa, entendida como civilização, o que inclui a América do Norte, é a pátria disto. Ora, durante a época contemporânea, a Europa confronta-se com a constatação de que a realização desta cidadania está severamente condicionada pela estrutura de distribuição dos recursos que os cidadãos podem mobilizar como poderes — e de que essa estrutura é marcadamente desigual. Constatação, portanto, de que as desigualdades na distribuição social de recursos-poderes constituem um obstáculo de monta à realização do conjunto de direitos-deveres civis e políticos dos cidadãos.

Daí que a cidadania democrática esteja, desde a origem, vinculada à ideia, que tem sido objecto de diferentes formulações, mas se pode resumir, em termos consensuais, assim: a realização dos direitos fundamentais implica algum esforço de redução e prevenção das desigualdades mais profundas e de promoção de igualdade de oportunidades, isto é, o combate aos factores geradores das desigualdades que inviabilizam aquela realização. Entre todas as regiões do mundo, a Europa ocidental e nórdica parece ser a que mais avançou neste caminho. E eis o que tem ligado a cidadania liberal ao que vários chamam a cidadania social, remetendo para a satisfação de direitos de segunda geração, os direitos económicos e sociais.

Tudo isto coloca o problema seguinte. A primeira cidadania, liberal, tende a afirmar-se numa matriz sobretudo individualista, tende a afirmar-se como uma cidadania “contra” o Estado. A cidadania social tem sido activamente promovida pelo Estado, designadamente no quadro do Estado-Providência. Em termos democrático-liberais, uma valorização

exclusivista dos direitos pessoais, cindindo-os dos direitos políticos, pode conduzir a que sujeitos formalmente livres sejam sujeitos politicamente dominados. O actual processo de construção europeia, se não criar mecanismos viáveis de participação democrática dos cidadãos, arrisca-se precisamente a isto. Mas, por outro lado, a cidadania social e a sua vinculação ao Estado-Providência têm enfrentado dois desvios principais.

O primeiro é o de transformar o cidadão num cliente, dependente do Estado. A satisfação de um conjunto de direitos económico-sociais e até a concessão de regalias, que podem ser muitas e diversificadas nas sociedades mais avançadas, teria assim um preço, as perdas no domínio da emancipação dos cidadãos, da formação de subjectividades autónomas e da participação cívica activa. De facto, o cumprimento da cidadania social, nos anos dou-rados do pós-II Guerra, na Europa, correu este risco: há muitos sinais de uma espécie de cidadãos-beneficiários passivos de benesses outorgadas.

O segundo desvio é a desarticulação entre a cidadania social e, digamos, a cidadania estritamente política: é a, por vezes subtil, elisão da esfera política e, em particular, a elisão da esfera política naquilo que ela tem de mais distintivo e que é alguma conflitualidade entre grupos, interesses, ideais, projectos. No limite, a cidadania social converter-se-ia numa espécie de satisfação na vertical, do Estado, no topo, para o rés-do-chão da vida quotidiana dos cidadãos.

Outro ponto: para a realização quer da cidadania democrático-liberal quer da cidadania social, contribuíram forças mais ou menos organizadas, a que chamamos movimentos sociais. Esses movimentos ancoravam-se em ideologias políticas fortes. Quando falamos hoje de “crise” ou “fim” das ideologias, falamos justamente da crise destas ideologias políticas e das clivagens directamente exprimidas em termos políticos. De algum modo, a crise destas ideologias é a crise do processo da sua cristalização em ortodoxias políticas que se tornaram rígidas, que se tornaram sistemas auto-sustentados e se foram crescentemente impermeabilizando face às novas turbulências sociais — e, designadamente, face às novas movimentações sociais, que se referem, não ao domínio da organização do Estado, mas sim à reestruturação do quotidiano, não à produção, mas sim à reprodução social e ao consumo, não à grande organização, mas sim às sociabilidades informais.

Acontece, contudo, que as “velhas” ideologias, como o liberalismo, o socialismo, o comunismo, mesmo cristalizadas e rigidificadas, não deixavam de introduzir elementos de racionalidade na acção política e não deixavam, mais geralmente, de introduzir elementos de racionalidade política na acção social, na medida em que obrigavam a alguma explicitação dos valores que as pessoas tomavam como referência e a

alguma explicitação dos grupos e dos programas, sujeitos, como tais, a argumentação, controvérsia e debate público. O que acontece, no momento actual, é que a desestruturação destas velhas ideologias políticas tem sido também a desestruturação dos elementos de racionalidade que elas traziam à acção social. Estamos a assistir à irrupção de novas “para-ideologias”, isto é, de novas crenças, factores de mobilização e quadros de mobilização, que cumprem uma função social próxima da que cumpria a ideologia, nos séculos XIX e XX, mas de uma maneira que eu me arriscaria a dizer menos racional. O exemplo mais típico é a ideologia religiosa, mas não é apenas esse, no mundo ocidental talvez que a nova ideologia de referência seja a do consumo mediático.

Por outro lado, em lugar das “velhas” ideologias duras, nós hoje oferecemo-nos uns aos outros uma racionalização a baixo custo do abandono de causas, em nome de uma causa bastante mais leve, que é a do “bem-estar”. De certo modo, aquilo que buscamos na construção europeia quando falamos de Carta Social não será também esse mole bem-estar — mais do que, propriamente, uma articulação efectiva das dimensões política e social da construção europeia?

Não sei se posso continuar. Mas queria ainda falar dos desafios que se põem com a emergência do que chamamos as novas cidadanias, isto é, por um lado, de novos conteúdos para a cidadania e, por outro, de novos espaços possíveis para a realização da cidadania.

O primeiro é que, quando falamos em várias gerações de direitos, não falamos em coisas que se sucedam umas às outras. Claro que se sucedem, do ponto de vista da sua emergência histórica, mas, uma vez formadas, mantêm-se. Portanto, falamos de cidadanias que se entrecruzam. O que quero dizer, com isto, é que aquilo a que habitualmente chamamos a “nova” cidadania não é uma coisa que substitua a “velha” cidadania. Os novos direitos, ligados às minorias, ao género, ao consumo ou ao ambiente, não substituem os anteriores, nem pressupõem que os anteriores estejam realizados. Pelo contrário, constatamos que muitos direitos estão hoje, no mundo, na Europa, nos países avançados da Europa, por cumprir. Mesmo aquilo a que tenho chamado, aqui, cidadania democrático-liberal confronta-se com o seguinte problema: para além do Estado-Nação, em cujo sistema ela se foi consolidando, existem hoje outros quadros políticos relevantes, uns mais amplos, outros mais restritos do que o Estado-Nação. Falo dos quadros políticos regionais, da vida local e quotidiana, de um lado, e, do outro, do sistema mundial e das grandes organizações e comunidades internacionais — como a União Europeia.

Ora, o que, provavelmente, o processo de construção europeia tem mostrado é que temos avançado no alargamento, digamos, do âmbito da

cidadania, mas temos fragilizado de algum modo o quadro historicamente mais sólido de realização da cidadania — o Estado nacional. Creio que até para o dr. Manuel Monteiro será claro que a cidadania europeia é mais larga, no sentido em que incorpora maiores garantias e direitos pessoais; mas temos ainda muito poucos instrumentos para dotar as instituições europeias de uma armadura jurídico-constitucional e de uma unidade política capazes de garantir, aplicar, realizar, praticamente, os velhos e os novos direitos dos cidadãos europeus.

Segundo desafio: o processo europeu de consolidação da cidadania tem assentado sobre dois pilares, o indivíduo e o Estado, com uma coisa esquisita pelo meio que são os movimentos sociais. Ora, dois pilares e meio não chegam, no sentido em que são múltiplas as arenas a que se pode referir a acção do cidadão. Temos, evidentemente, o próprio cidadão, enquanto pessoa titular de direitos e enquanto sujeito social; temos, evidentemente, os grupos, as comunidades, os movimentos, as entidades e identidades colectivas em que esse indivíduo se forma e reconhece. Temos os Estados nacionais. Mas temos um conjunto relativamente diversificado de instituições e poderes sociais, empresas, igrejas, famílias, escolas, *media*, e temos forças, poderes e quadros políticos supra-nacionais. Ora, perante este desafio, a nossa resposta é muito frágil, porque se resume a dizer: bom, o que importa é ter em atenção a sociedade civil. Terceiro desafio: o processo de consolidação da cidadania, na Europa e na América do Norte, realizou-se, sobretudo, em conjunturas de crescimento económico. Ora, alguns dos conteúdos que hoje encontramos, em particular os que têm a ver com a nossa relação com o ambiente e a natureza pedem novas atitudes, a que alguns autores chamam, do meu ponto de vista com alguma razão, atitudes antiprodutivistas — atitudes que colocam em questão o mito, ou o princípio relativamente consensual do crescimento económico e se interrogam sobre se esse é um mito ou um parâmetro a abandonar.

O problema é que nós, europeus, não estamos particularmente habituados a encontrar formas de realização de novos direitos em contextos que não o de crescimento económico. Quer do ponto de vista redistributivo, que implica alguma equidade na repartição dos recursos existentes, quer do ponto de vista da concepção geral dos recursos existentes, nós estamos habituados a proceder dando por garantido que o bolo está sempre a crescer, isto é, o *stock* de recursos disponíveis está sempre a aumentar. Mas ele não está a crescer; e alguns dos novos conteúdos que hoje queremos trazer para a noção de cidadania implicam, penso eu, que abandonemos a ideia do produtivismo — e, portanto, abandonemos um dos eixos centrais das sociedades industriais.

Este é um desafio interessante e, ao mesmo tempo, complexo. Como é que podemos encontrar e realizar novos conteúdos para a cidadania, num contexto relativamente diferente dos contextos em que historicamente se formou, na Europa, a cidadania? Isso implica, talvez, algum esforço para perceber que, na conjunção direitos-deveres, vai crescer a parte dos deveres.

Quarto desafio: as nossas propostas para a realização dos novos direitos têm oscilado entre, de um lado, a politização (e, até, a sobrepolitização) e, por outro, a despolitização.

De facto, os novos movimento sociais têm proposto, nas últimas décadas, que nós não reduzamos à esfera do Estado a nossa capacidade de colocar questões políticas; mas que pensemos que o político, isto é, o que tem a ver com o exercício dos poderes, da dominação e da contra-dominação, o político é uma dimensão que não se esgota na organização dos Estados, mas permeia toda a nossa vida quotidiana e os lugares em que se fazem as nossas relações económicas e sociais, desde a família à fábrica e às escolas, desde o emprego às relações entre os géneros.

Nesse sentido, temos assistido, ou deveríamos estar a assistir, a uma repolitização, ou mesmo sobrepolitização das questões. Ao mesmo tempo, contudo, assistimos a uma despolitização dessas questões, no sentido preciso em que vamos sugerindo que as novas lutas a travar têm de fazer-se segundo princípios e formas de organização diferentes daquelas que estruturavam as velhas lutas políticas. De algum modo, propomos uma nova política, que não é já bem uma política.

Ora, muitas vezes, insistimos tanto na necessidade de encontrar formas alternativas de acção, alternativas às que estruturaram as ideologias políticas da Europa contemporânea e se cristalizaram nos sistemas político-partidários que conhecemos, que a dimensão propriamente política das lutas que travamos se vai atenuando, se vai obscurecendo. Contribui para isto o facto de estarmos hoje, no contexto da pós-modernidade, muito sensíveis à leveza das causas, e usarmos a leveza como um critério de apreciação das causas. Criamos facilmente consensos em torno de causas, com base em duas proposições: eu respeito em absoluto a liberdade de todos; eu sou um tipo simpático, solidário com os mais desprotegidos, de preferência quando são exóticos, as cegonhas, as baleias, algumas minorias perdidas não sei onde, etc. Não digo que não sejam causas básicas, mas digo que este consenso tão amplo é um pouco mole e tem como pressuposto que as causas mobilizam quando são causas *light*, como o SG, não têm grande teor de nicotina, não põem em perigo os nosso brônquios.

Assim, talvez estejamos a construir uma democracia demasiado leve e uma cidadania à epiderme. Inversamente, talvez estejamos a preocupar-

nos pouco com o facto de, sendo muitos dos direitos que hoje brandimos direitos vinculados à esfera do consumo e da reprodução social, aumentarem os riscos de cisão entre o mundo da produção e o mundo da reprodução social.

Último desafio: as sociedades de hoje são complexas, plurais, abertas, diversificadas, policráticas, polimórficas, suponho que não me falta nenhum adjectivo, e, portanto, as coisas acontecem em muitos pontos do sistema e é muito difícil pilotar os sistemas a partir dos respectivos centros. O que é uma vantagem. Mas deixa em aberto o problema de saber como podemos conjugar essa vantagem, em termos de autonomia, criatividade e inovação social, com a possibilidade de as múltiplas iniciativas, projectos e reivindicações se exprimirem num espaço público integrador — e, designadamente, poderem ter tradução no espaço político-partidário, cuja existência me parece continuar a ser uma condição *sine qua non* da democracia. Como é que isto se faz, para mais num contexto em que os Estados-Nações se confrontam com redes de acção e organização política transnacionais, é uma questão que deixo para oradores mais competentes.

### 3. Desemprego e desqualificação social

*Intervenção de  
Isabel Guerra\**

As dinâmicas sociais actuais estão marcadas por dois traços essenciais: **a crise do mercado de trabalho** que “expulsa” uma parte crescente dos trabalhadores de um salário, e portanto, de um rendimento regular e a acentuada (e já prolongada) **crise do Estado-Providência**.

*“O modelo socio-económico ocidental, elaborado no período que se seguiu à segunda guerra mundial, repousava sobre dois pilares: o pleno emprego e o Estado-Providência. Associados à democracia política e aos direitos humanos, estes elementos constituíam a sua força motriz.... A direcção que tomará a Europa do futuro não depende de uma única escolha, mas das respostas dadas a três questões articuladas, ligadas aos objectivos de base do tratado da União Europeia e aos fundamentos da Europa de amanhã:*

- *será possível o retorno ao pleno emprego?*
- *será preciso dar um novo papel ao Estado-Providência?*
- *qual será a próxima etapa da igualdade de oportunidades sobre a qual a democracia europeia irá vacilar?”<sup>1</sup>*

\* Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE, investigadora no CIES e no CET